

Associação portuguesa de professores de matemática - uma ideia com quarenta anos

Mária Almeida, UIED, ajs.mcr.almeida@gmail.com

Introdução

Embora os *anos de viragem* na política educativa se possam encontrar nos anos 50 e 60, do século XX, fruto das preocupações com o desenvolvimento económico, tecnológico e científico, que pediam uma maior qualificação da população activa, será contudo no início da época de setenta, com a *reforma Veiga Simão*, que a educação assumirá um lugar central no processo de recomposição do Estado e nos debates sobre a modernização e o desenvolvimento do país. Em pleno processo de consulta pública dos projectos da reforma realiza-se, em Abril de 1971, o VI Congresso do Ensino Liceal, em Aveiro.

Cumpriram-se, em Abril deste ano, 40 anos da realização deste Congresso de professores. A nossa comunicação pretende contribuir para a divulgação deste acontecimento importante para a educação em Portugal, mas visa, fundamentalmente, apreciar a proposta de fundação de uma Associação de Professores de Matemática, aí apresentada pelo professor António Augusto Lopes (AAL).

AAL era professor de Matemática, do ensino liceal. Sendo metodólogo no Liceu D. Manuel II, no Porto desde 1957, era, também, professor na Telescola (subsistema de ensino utilizando a televisão) desde 1965. Foi membro da Comissão de estudos para a modernização do ensino da Matemática (criada em 1963 visando a introdução das Matemáticas Modernas em Portugal), bem como professor das turmas experimentais. Foi autor de livros para o ensino e de artigos de opinião. AAL aproveita a oportunidade de participação dos professores na renovação educativa, que estava a ser dada pelo regime, para tentar a fundação de uma associação de professores de Matemática. Este propósito não foi conseguido, a associação não chegou a existir, contudo pensamos haver interesse em averiguar as ideias desenvolvidas no texto da proposta de AAL e o modo como são enunciadas, porque se trata de um episódio ímpar na época.

Sociedade e educação em Portugal, em 1970: os projectos da *reforma Veiga Simão*

A sociedade portuguesa após a segunda guerra mundial foi sofrendo, nos planos demográfico, do ordenamento do território e da estrutura da população activa, um conjunto de *mudanças invisíveis* (Rosas, 1994). Em Setembro de 1968, Salazar, vitimado por um grave acidente, sai do Governo. O seu sucessor Marcelo Caetano, embora conservando a mesma ideologia política, tenta uma *renovação na continuidade* do regime. Com Caetano há um período de descompressão política controlada, forçada ao endurecimento perante a intensificação das tensões

sociais, a contestação nas escolas, as dificuldades crescentes na guerra colonial e o progressivo isolamento internacional. Em simultâneo com a política de descompressão, Caetano adopta uma política económica desenvolvimentista, favorável a uma integração europeia. O seu discurso faz apologia do progresso, da expansão e diversificação industriais, da modernização da exploração agrícola e da gestão empresarial, das reformas sociais e educativas (Grácio, 1981). O convite de Marcelo Caetano a Veiga Simão, para a pasta da Educação, feito em Janeiro de 1970, inscreve-se neste contexto global.

A primeira concepção a enformar a *reforma de Veiga Simão* corresponde àquilo que se convencionou designar por democratização do ensino, objectivo formulado explicitamente por Veiga Simão e que foi motivo de controvérsia na cena política da altura. O segundo princípio subjacente à mesma reforma encerrava a ideia que o sistema educativo devia ser definido em função das necessidades da economia, pelo que devia preparar pessoas qualificadas que garantissem o crescimento económico do País, adequando-se, assim, às exigências de uma sociedade em evolução que se queria integrada num contexto europeu (Teodoro, 1999). Com efeito, eram várias as direcções para que apontava a reforma e diversas as alterações a introduzir na estrutura escolar. Duas concepções estavam por detrás destas, marcando o sentido da mudança a viabilizar:

- a expansão do ensino, nomeadamente, através de uma maior igualdade de oportunidades em termos de acesso à educação, e daí o alargamento da escolaridade básica, da reintegração da educação pré-escolar (jardins de infância) no organograma da escola oficial, e da relevância dada à educação permanente (ensino de adultos);
- a Educação como motor do desenvolvimento económico-social, que definia a perspectiva em que assentavam as bases da reforma no tocante, entre outros, ao ensino secundário e ao ensino superior (Almeida, 2007).

O novo esquema a implementar no ensino secundário era diferente do que vigorava na altura, no qual se distinguiam dois ensinos, o liceal e o técnico, o primeiro dos quais estava estruturado em ordem apenas ao prosseguimento dos estudos na Universidade, sendo o segundo exclusivamente virado para a aprendizagem ou aperfeiçoamento profissional.

O organograma proposto nesta reforma compreendia:

- o ensino pré-primário, dos 3 aos 6 anos de idade, ministrado em jardins-escolas ou em jardins de infância, não obrigatório;
- o ensino básico, obrigatório (8 anos), que se desdobrava em duas fases, o ensino primário (4 anos), ministrado em escolas primárias, e o ensino preparatório (4 anos), em escolas preparatórias ou por via da Telescola;
- o ensino secundário, que se estendia por 4 anos, repartidos em dois ciclos de igual duração, o 1.º ciclo, curso geral, e o 2.º ciclo, curso complementar, ministrados em escolas secundárias pluricurriculares ou polivalentes e em outros estabelecimentos vocacionados para a formação de profissionais;

- o ensino superior, com cursos de duração variável (bacharelato, licenciatura, doutoramento) a funcionar em Universidades, Institutos Superiores Politécnicos, Escolas Normais Superiores e outros.

Com esta nova estrutura, a escolaridade vê-se aumentada de 6 para 8 anos, deixando de existir o ciclo elementar (4.^a classe) e o ciclo complementar (6.^a classe) do ensino primário até então existente. Um dos objectivos da segunda fase do novo esquema preparatório seria facilitar a escolha da via escolar ou profissional que melhor se coadunasse com a tendência ou capacidades do aluno. Ou seja, o sistema educativo devia proporcionar ao longo deste quadriénio uma formação a adolescentes com a idade entre os 10 e os 14 anos que os ajudasse na definição da via escolar ou profissional afecta à etapa seguinte da escolaridade: o ensino secundário com as suas variantes bem distintas.

De facto, este grau de ensino visava a preparação polivalente dos alunos para um de dois futuros possíveis: a continuação dos estudos, por um lado, o abandono do sistema escolar e a entrada no mercado de emprego, por outro lado. Quem quisesse prosseguir a sua formação através do ensino superior teria obrigatoriamente de concluir com aproveitamento o curso complementar do ensino secundário, enquanto o curso geral já tentava facultar uma preparação mínima para a vida profissional, no imediato ou após uma passagem por outros ramos do ensino (por exemplo, os Institutos Comerciais e Industriais). Daí que o curso geral apresentasse não só um tronco comum unificado de disciplinas como um leque de cadeiras de opção, o qual ao consubstanciar a dualidade de vias, traduz a fundamental característica do ensino secundário. O curso complementar seria mais flexível, com maior número de disciplinas de opção, assegurando uma diferenciação de hipóteses escolares e profissionais (Almeida, 2007).

Foi em Janeiro de 1971, que Veiga Simão apresentou pela primeira vez o seu projecto de reforma do sistema de ensino consubstanciado em dois documentos: o “Projecto do Sistema Escolar” e “Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior”. Ao dá-lo a conhecer, apelou a uma ampla discussão pública dos mesmos. Devido às características do regime, esta inusitada atitude do ministro merece ser sublinhada (Carvalho, 1996). De facto, Veiga Simão utilizou a participação da opinião pública como um dos instrumentos da “batalha da educação” ao promover o envolvimento dos portugueses. Poder-se-á considerar, tal como afirmou Rui Grácio (1981, p. 664), que tinha em vista “se não a fazer plebiscitar os projectos de reforma, ao menos estabelecer sobre eles uma espécie de consenso nacional”.

Em pleno processo de consulta pública dos projectos da reforma realiza-se, em Abril de 1971, um Congresso de professores. Inscreveu-se no VI Congresso do Ensino Lical um número considerável de professores, estando presentes cerca de 800⁸. São, na maior parte professores do ensino lical (628), acrescentando a adesão de 98 professores do ensino particular, 11 do técnico e 30 do ciclo preparatório. Houve 150 inscrições fora de prazo que não foi possível aceitar

⁸ O número exacto foi 767, sendo 505 senhoras e 262 homens (*Diário Popular*, 13/4/1971).

(*Diário Popular*, 12/4/1971). De acordo com o presidente da comissão executiva do Congresso e reitor do Liceu local (Aveiro), dr. Orlando de Oliveira, este “foi aberto a todos os professores do ensino liceal e a outras pessoas interessadas pelos problemas da educação, salientou que o número de inscrições comprovou mais uma vez, que a temática do ensino deve ser equacionada abertamente, pois representa «o mais nobre e o mais valioso de todos os investimentos que um povo pode fazer»” (*Diário Popular*, 12/4/1971, p.10). Esta afluência manifesta talvez a sua vontade de se exprimirem e de intervir nos problemas do sector. Sobre o Congresso de professores, AAL afirmou-nos numa entrevista:

Eu estive lá, estive lá com uma proposta para se fundar a Associação dos Professores de Matemática, estive com a proposta de problemas de interdisciplinaridade entre a Matemática e a Física e, era para se realizar o segundo, o Congresso seguinte, no Porto, por iniciativa do Liceu D. Manuel II. (E1)

Esta declaração de AAL revelou-nos a sua participação no Congresso, bem como a sua apresentação de propostas de comunicação.

Um Congresso de professores e as propostas de AAL

O 1.º Congresso Pedagógico do Ensino Secundário Oficial realizou-se em 10, 11 e 12 de Junho de 1927, em Aveiro, promovido pela Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses. Este foi o primeiro de uma série de cinco congressos realizados em anos consecutivos, em diferentes cidades. A interrupção dos congressos pode ser explicada pelo propósito estatal de controlar os funcionários públicos. Com efeito, a partir de 1933 é-lhes interdito associarem-se⁹ (Bento, 1973). Quarenta anos mais tarde, em 1971, também em Aveiro, realizou-se de 14 a 17 de Abril, o VI Congresso do Ensino Liceal, agora organizado por iniciativa governamental.

O presidente da comissão, referindo-se propriamente à organização do Congresso, realçou que “a comissão organizadora sempre teve o patrocínio do ministro da Educação” (*Diário Popular*, 12/4/1971, p.10). Esquematisando a orientação que presidiu à escolha e selecção das comunicações, apresentadas por professores de todo o país, esclareceu o dr. Orlando de Oliveira que foram considerados os seguintes pontos: a posição do ensino liceal no sistema educativo português; a integração europeia desse ensino; a disseminação da orientação escolar; a dimensão de uma inspecção eficiente; e a formação dos professores e sua actualização nos esquemas modernos de ensino. O presidente da comissão executiva referiu, ainda, ter sido feita uma divisão das comunicações em dois conjuntos, no que respeita ao modo de exposição. As que incidiam sobre problemas de interesse geral eram apresentadas em secções livres; outras, por versarem assuntos de interesse limitado a várias disciplinas, eram discutidas em sessões de mesa-redonda, com a assistência parcelar dos congressistas. Havendo, além disso, cinco sessões plenárias, correspondendo a comunicações de maior interesse. Segundo o presidente da comissão, englobada

⁹ Artigo n.º 39 do *Decreto-Lei n.º 23 048*, de 23 de Setembro de 1933.

na política tendente à reforma do ensino, pretendia-se fundamentalmente uma discussão que visasse a constituição do *liceu do futuro* (*Diário Popular*, 12/4/1971).

O Congresso foi inaugurado dia 14, às 11 horas, com a primeira sessão plenária, sob a presidência do ministro da Educação Nacional (*Diário Popular*, 13/4/1971). No discurso proferido à assembleia, Veiga Simão referiu

“vós, meus colegas professores, não me levariam a bem se no início de um congresso viesse a traçar linhas de rumo que pretendessem limitar as vossas discussões, seja no domínio das instalações e arquitectura escolar, apetrechamento didáctico e científico, na administração dos estabelecimentos de ensino, seja na abertura da escola para o exterior e nas suas comunicações interiores; seja na definição dos programas escolares e no ensino e aplicação de novos métodos pedagógicos, espero que surjam ideias válidas, inovadoras, realistas e sensatas.” (*Diário Popular*, 16/4/1971, p. 7).

Acrescentando, depois:

“Mas todas elas não terão sentido, se não definirmos uma estratégia, para formação e aperfeiçoamento de professores. Podem tratar-se pelos esquemas orgânicos, podem definir-se os mais nobres objectivos que tudo se desmoranará se nas escolas não houver bons professores, competentes, proporcionando-lhes uma actualização contínua de conhecimentos e com espírito de missão, ao serviço de uma educação eminentemente nacional.” (*Diário Popular*, 16/4/1971, p. 7).

Num artigo publicado em 1983, Rui Grácio (1983) refere ter analisado tematicamente as comunicações aceites no Congresso, um pouco mais de seis dezenas (65). Segundo ele, este material de base oferecia uma representação da orientação das preocupações e interesses manifestos formulados no mesmo. Esta representação foi melhorada pela análise do pensamento explícito dos autores das comunicações e pela classificação destas consoante os seus temas dominantes.

Grácio (1983) citou a comunicação intitulada “Os objectivos e os métodos face aos meios audiovisuais de ensino” em duas categorias temáticas: os professores do ensino secundário e as estruturas do ensino secundário. Segundo Grácio, as questões relativas ao professorado, tratadas em dez comunicações específicas, incidiam principalmente sobre problemas de estatuto profissional previstos no programa proposto (formação, classificação, categorias, vencimentos, nomeações, promoções, aperfeiçoamento). No entanto, há três destas comunicações que abordam o associativismo docente, problema que não está explicitamente previsto no programa. Estas eram “propostas marcadas pela prudência” (Grácio, 1983, p. 763). Uma destas propostas de associação foi apresentada por AAL, onde é sublinhado “o carácter não político, exclusivamente científico e pedagógico-didáctico da agremiação de professores de Matemática.” (Grácio, 1983, p. 763). Para Grácio (1983), a proposta de AAL não foi a mais importante das três apresentadas. No entanto, para nós, o facto de o ter feito neste momento é importante, atendendo a que a realização deste

Congresso constituía um desafio aos participantes e, como Salvado Sampaio (2006) disse a este propósito:

Ou eles têm a audácia de propor a renovação profunda que o ensino exige, ou pelo contrário, se acomodam em posições tímidas. É preciso ter presente que o “Congresso” não “testa” apenas o ensino liceal, “testa” também a capacidade dos congressistas (p. 65).

Como já referimos, Grácio (1983) integrou a mesma comunicação de AAL numa outra categoria, designada por estruturas do ensino secundário, onde estão as comunicações que fazem referência aos projectos governamentais.

No parecer de Grácio (1983), ressaltou da análise que “[n]enhuma oposição frontal é expressa. Apenas algumas reservas, aliás bem claras, se bem que minoritárias, entre aqueles que abordaram o problema.” (p. 764). Grácio considerou que na comunicação de AAL,

“se encontra uma aceitação implícita das novas estruturas propostas e o voto explícito de «modernização» do liceu: «É preciso que o liceu conquiste o direito de continuar a ser *uma velha escola* [de «*formação humana*»], deixando de ser uma *escola velha*.» E isto mediante uma «actualização» dos métodos de ensino (graças aos meios audiovisuais, nomeadamente), dos programas, da preparação científica dos professores. «A necessária, e indispensável, modernização do liceu, a enquadrar no agora tão discutido Projecto do Sistema Escolar, é difícil, mas não é impossível.» E segue-se esta nota confiante: «*A vontade dos professores aguentará a ‘aceleração da educação’.*»

O texto da comunicação de AAL referida por Grácio termina com uma proposta específica para a Matemática: “é necessário reunir e conjugar os esforços de todos os professores, para a fundação de uma Associação Portuguesa de Professores de Matemática” (Lopes, 1971, p. 3, sublinhados do autor). Agregando um “Boletim de inscrição provisória” (Figura 1). Em ANEXO ao texto da mesma comunicação estão as doze “Bases propostas para a fundação da APPM (Associação Portuguesa de Professores de Matemática”.

Figura 1

- ASSOCIAÇÃO ORIENTADA DE PROFESSORES DE MATEMÁTICA	
Boletim de inscrição provisória:	Enviar ao Liceu Nacional de D. Manuel II, a partir de 26.IV.971
<u>Nome</u>	
<u>Estabelecimento de ensino (oficial ou particular)</u>	
<u>Qualificação académica</u>	
<u>Qualificação profissional</u>	
<u>Endereço</u>	<u>Telefone</u>
Data de envio deste Boletim: / / .	
n)	

Vamos agora transcrever algumas Bases relevantes para este trabalho:

Base I

A "Associação Portuguesa de Professores de Matemática" tem como objectivos promover o progresso do estudo e o melhoramento do ensino de Matemática.

Base III

Para atingir os seus objectivos, a Associação Portuguesa de Professores de Matemática propõe-se, em particular;

- 1) aumentar e aperfeiçoar a formação psico-pedagógica dos seus membros;
- 2) contribuir para o progresso da pedagogia da Matemática;
- 3) fomentar a difusão de bibliografia selectiva à cultura matemática e ao ensino da Matemática
- 4) desenvolver o gosto dos jovens pelo estudo da Matemática;
- 5) estabelecer relações com organismos congéneres, nacionais ou estrangeiros, procurando integrar o ensino da Matemática no domínio de uma acção educativa comum;
- 6) colaborar com o Ministério da Educação Nacional na planificação e execução de qualquer actividade relativa ao ensino da Matemática.

Base IV

São actividades fundamentais da Associação Portuguesa de Professores de Matemática

- 1) Inquéritos e experiências pedagógicas, de iniciativa própria ou de colaboração com o Ministério da Educação Nacional e ou com outros organismos;
- 2) Conferências e colóquios sobre a cultura matemática e sobre o ensino da Matemática;
- 3) Encontros de professores, a nível nacional para troca de pontos de vista e estudos das respostas obtidas em inquéritos e experiências pedagógicas;
- 4) Encontros de professores a nível internacional, no sentido de aumentar a cultura matemática e pedagógica dos membros da Associação;
- 5) Encontros com os técnicos que são utentes da Matemática;
- 6) Exposições de material didáctico;
- 7) Serviços de documentação e bibliografia;
- 8) Publicação de um "Boletim Informativo".

Base V

Podem ser membros da Associação:

- a) os professores e antigos professores de Matemática
- b) outras pessoas que por se interessarem reconhecidamente pela matemática e seu ensino, sejam admitidas pelos Órgãos responsáveis da Associação, acordo com as regras estatutárias que, para o efeito, sejam aplicáveis.

Ressalta da leitura destas bases que a proposta apresentada por AAL para a fundação da APPM é impulsionada por um grupo de professores de Matemática do Porto, com a ambição da associação vir a ter implantação nacional. Tendo o objectivo definido na BASE I, podemos entender que havia objectivos mais latos, tais como: facilitar aos professores estar a par ao mesmo tempo da evolução moderna das ciências matemáticas teóricas, das aplicações importantes da Matemática e dos progressos recentes da didáctica da sua disciplina; a participação efectiva dos professores nas deliberações que digam respeito ao ensino da Matemática (p. ex. programas); e, permitir a troca de experiências entre professores. AAL recebeu alguns boletins de inscrição, mas também recebeu informação que aquele não seria o momento ideal para pedir, ao Ministro da Educação Nacional, consentimento para criar a Associação. Assim, no que respeita ao motivo porque a associação não avançou, a razão apresentada por AAL foi: “porque estávamos antes do 25 de Abril” (E1).

Salvaguardando que se processam em contextos políticos e sociais diferentes, é curioso verificar a similaridade entre alguns objectivos e acções da proposta atrás apresentada (APPM) e aquela que cerca de 15 anos mais tarde, um grupo de professores de Matemática estabelece ao levantar a possibilidade de se organizarem em associação, a actual Associação de Professores de Matemática (APM). Segundo Guimarães “[r]ealizou-se (...) dia 5 de Fevereiro (de 1986) uma reunião para debater a oportunidade de se constituir uma Associação de Professores de Matemática.”, onde foram sugeridos objectivos e acções prioritárias para a APM. De entre estes destacamos:

- promover a participação activa dos professores de Matemática de todos os níveis de ensino na discussão e implementação de novas orientações curriculares;
- fomentar o seu crescente interesse e participação em projectos de investigação (ou para-investigação) pedagógica;
- contribuir para quebrar o isolamento a que estão tradicionalmente sujeitos, procurando criar melhores condições para o trabalho colectivo para a troca de experiências; (...)
- manter uma publicação regular de comunicação entre os professores de Matemática;
- realizar periodicamente um encontro inteiramente dedicado aos problemas do ensino de aprendizagem da Matemática;
- organizar acções de formação para professores, quer de carácter geral quer de carácter mais específico;
- incentivar e divulgar iniciativas nos domínios da investigação e do desenvolvimento curricular; (Guimarães, 1986, p. 3)

Existem, aparentemente, similaridades entre alguns objectivos e actividades nas propostas de associação de 1971 e 1986. Pensamos ser interessante uma investigação futura, mais aprofundada, de interpretação das duas propostas. Neste texto, apenas damos conta da nossa intenção de realizar esse trabalho.

A concluir

O atrás exposto evidencia que AAL encarou o Congresso como um espaço de discussão no qual era importante assumir e defender posições sobre o ensino da Matemática e reflectir sobre formas de melhorar esse ensino, tendo uma participação activa no mesmo. Podemos considerar que a formação permanente dos professores é um assunto que preocupa AAL. É preciso que o professor de Matemática em exercício possa estar a par ao mesmo tempo da evolução moderna das ciências matemáticas teóricas, das aplicações da matemática e dos progressos recentes da metodologia da sua disciplina, nomeadamente das metodologias dos audiovisuais e dos modelos concretos.

A proposta de fundação da APPM visa, fundamentalmente, facilitar o aperfeiçoamento dos professores, ao empenhar-se em proporcionar conferências, seminários, encontros para troca de impressões sobre métodos e problemas encontrados, acesso a publicações.

Referências

- Almeida, M.C. (2007). *A Sombra da Matemática – um contributo para a compreensão desta disciplina no 3.º Ciclo Lical (1947-1974)*. Tese de Mestrado, não publicada e apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.
- Carvalho, R. (1996). *História do Ensino em Portugal* (2.ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Bento, Gomes (1973). *História do movimento associativo dos professores do ensino secundário – 1918 a 1932*. Porto: Edição do autor.
- Grácio, R. (1981). “Perspectivas futuras”. In *Sistema de ensino em Portugal* Coordenação de Manuela Silva e M. Isabel Tamen. *Sistema de ensino em Portugal* (pp. 649-695). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Guimarães, H. (1986). “Professores de Matemática. Novos passos para a criação de uma Associação”. In *Inflexão* n.º 8, Março. Lisboa, pág. 3.
- Leite, R.P. (org e Coor.) (1973). *A Reforma do Sistema Educativo*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.
- Lopes, A.A. (1971). Documento original autenticado pelo autor.
- Rosas, F. (1994). *O Estado Novo (1926 – 1974)*. In J. Mattoso (Dir.). *História de Portugal*. Vol. VII. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Sampaio, J.S. (2006). *Temas de educação – Subsídios para a análise crítica da expansão escolar (no Portugal dos anos 60 e 70 do século XX)*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Teodoro, A. N. D. (1999). *A construção social das políticas educativas. Estado, educação e mudança social no Portugal contemporâneo*. Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências e Tecnologias.
- Decreto-Lei n.º 23 048*, de 23 de Setembro [Extinção da Associação dos Professores dos Liceus Portugueses]. (1933).
- Cerca de 800 professores participarão nos trabalhos do VI Congresso de Ensino Lical (1971, 12/4/1971). *Diário Popular*, p.10.
- O Ultramar estará representado no congresso do ensino lical que começa amanhã em Aveiro (1971, 13/4/1971). *Diário Popular*, p. 15.
- Porque não se constroem casas para professores junto dos liceus? – interrogação formulada no congresso de Aveiro. (1971, 16/4/1971). *Diário Popular*, p. 7.